

TÍTULO DO DOSSIÊ: ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO

Edna dos Santos Oliveira (UEAP)
Eduardo Alves Vasconcelos (UNIFAP)
Romário Duarte Sanches (UEAP/UNIFAP)

Comumente, a Amazônia é lida como indígena. Essa leitura não está, de todo modo, equivocada, a Amazônia é indígena, mas também é quilombola, urbana, ribeirinha, é multifacetada, com uma dinâmica social e espacial própria regida por rios, lagos e igarapés. Essa dinâmica socioespacial tem seus reflexos na composição linguística e cultural da região. A sócio-história das línguas na Amazônia demonstra que a diversidade linguística, além da diversidade de línguas¹ é resultado de uma dinâmica populacional marcada por empreendimentos coloniais de diferentes invasores europeus (holandeses, ingleses, franceses, espanhóis e portugueses), pela sensação de isolamento e por uma imbricada e complexa conexão fluvial entre povos e comunidades.

A importância dos rios na ocupação e caracterização da região pode ser exemplificada pela dinâmica de dispersão de elementos culturais entre as comunidades afrodescendentes do Amapá. Oliveira (2015) e Oliveira & Vasconcelos (2019) propõem que é pelo rio Matapi (ao sul de Macapá) que as práticas culturais de batuque e marabaixo adentraram nas diferentes e numerosas comunidades quilombolas e rurais às margens desse rio (pesquisas recentes têm apontado que o rio Pedreira, ao norte de Macapá, também é relevante na dispersão desses elementos culturais). Junto com o batuque e o marabaixo, seguem rio acima as festas tradicionais, marcadas pelo sincretismo religioso e, consequentemente, sincretismos linguísticos.

O presente número da Revista Mandinga reúne parte das discussões realizadas no âmbito do II Simpósio de Estudos Linguísticos na Amazônia, realizado entre 11 e 14 de abril de 2023, em formato *online*, e promovido pelo Núcleo de Estudos Linguísticos da Amazônia, da Universidade Federal do Amapá (NELAM/UNIFAP), em parceria com Grupo de Pesquisa Linguagem, Língua e Sociedade, da Universidade do Estado do Amapá (LINLIS/UEAP), com apoio do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLET/UNIFAP).

Neste número, temos investigações que contemplam diferentes situações linguísticas que refletem a singular diversidade linguística amazônica e amazônica, com discussões do português em áreas urbanas (Macapá, Boa Vista e Cametá), passando por falares de comunidades tradicionais afrodescendentes (Curiaú/AP) ou ainda afro-indígenas (Tembé do Guamá), bem como o estudo comparativo de duas línguas Karib do Xingu (Ikpeng e Arara).

No âmbito do português urbano, no artigo “A fala do povo boa-vistense: considerações preliminares”, Luzineth Rodrigues Martins (UFRR), Elecy Rodrigues Martins (UERR) e Maria do Socorro Melo Araújo (UFRR) apresentam, como parte do

¹Os estados da Amazônia Legal são aqueles que comportam a maior parte da população indígena brasileira e, consequentemente, o maior número de línguas indígenas, de diferentes agrupamentos linguísticos

projeto Mapeamento Geolinguístico da fala do povo boa-vistense, três processos fonético-fonológicos encontrados na cidade Boa Vista/RR: monotongação, ditongação e palatalização. As autoras explicam que esses processos não são exclusivos dessa comunidade de fala, o que corroboraria a hipótese de que a variação linguística boa-vistense não seria diferente daquela encontrada em alguns estados da região Nordeste, notadamente, Maranhão, Piauí e Ceará, que seriam aqueles com maior percentual de migrantes no Estado.

O artigo seguinte, “Crenças e atitudes linguísticas de falantes macapaenses: um estudo sobre o fenômeno do rotacismo”, de Lenilson de Almeida Feitosa (UNIFAP) e Celeste Maria da Rocha Ribeiro (UNIFAP), também se insere entre os estudos de variedades urbanas do português brasileiro ao propor a análise do comportamento linguístico dos moradores da cidade de Macapá e suas avaliações positiva ou negativa do fenômeno de rotacismo (alternância da consoante lateral alveolar [l] por um rótico [r]).

No terceiro artigo, intitulado “O uso dos pronomes *nós* e *a gente* no português falado em Macapá-AP”, Déborah Karen Queroz da Silva (UEAP) e Romário Duarte Sanches (UEAP/UNIFAP) investigam o uso da alternância pronominal de primeira pessoa do plural (*nós* e *a gente*) em dados orais de falantes da capital do Amapá, Macapá. Os autores explicam que a pesquisa tem como aporte teórico os estudos sociolinguísticos na perspectiva laboviana, a qual consideram o caráter heterogêneo das línguas naturais. Para este estudo, os autores utilizaram com variáveis sexo (masculino e feminino) e faixa etária (18-30 anos e acima de 50 anos).

Fechando a discussão do português urbano, no artigo “Percepções linguísticas acerca da variedade falada em Cametá-PA: o alteamento na vogal média posterior /o/ em posição tônica”, Raquel Maria da Silva Costa Furtado e Dara Pinto de Oliveira, partindo de uma investigação sociolinguística, discutem as percepções de informantes cametaenses e não cametaense do alteamento da vogal posterior /o/ em posição tônica, por exemplo, [buka] para /boca/, [nuʃi] para /noite/ e [fugu] para /fogo/. A realização da posteira alta [u] em posição tônica é uma particularidade da variedade do português falado em Cametá-PA, cidade da região nordeste do estado do Pará.

O artigo “O repertório lexical e suas representações sociais: um estudo a partir do contexto escolar quilombola do Curiaú/AP”, de autoria de Ana Arlene Ferreira nobre (UNIFAP) e Celeste Maria da Rocha Ribeiro (UNIFAP), se insere no âmbito do português em comunidades afrodescendentes e tem por objetivo evidenciar os principais usos lexicais empregados nas produções textuais escritas pelos sujeitos-aprendizes da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio, situada no quilombo do Curiaú/AP, os quais podem refletir a diversidade linguístico-cultural dessa comunidade quilombola.

Já no âmbito do português afro-indígena, no artigo “Marcas da ‘macro-ancestralidade’ afro-indígena na variedade de português falada pelos Tembê do Guamá (PA), Mara Sílvia Jucá Acácio (UEPA) apresenta resultados da pesquisa realizada, em 2020, na Terra Indígena Alto Rio Guamá, localizada no nordeste do estado do Pará, mais exatamente, no município de Santa Luzia do Pará, entre os indígenas Tembê do Guamá. A pesquisa teve por objetivo identificar as marcas da macro-ancestralidade afro-indígena no português falado por essa comunidade, que, segundo a autora, estão imbricadas na herança cultural e linguísticas desse povo.

Por fim, no artigo “Oclusivas vozeadas no subgrupo Arara-Ikpeng (Karíb): perspectivas sincrônica e diacrônica”, de Raniery Oliveira da Silva e Silva (UFPA), insere-se nos estudos de línguas indígenas, com foco na análise comparativa das consoantes oclusivas surdas e sonoras das línguas Ikpeng e Arara do Pará, que pertencem ao ramo Pekodiano, da família Karib. Com o uso do Método Histórico-Comparativo, o

autor pretende recuperar a diacronia das consoantes vozeadas, propondo a reconstrução do, denominação do autor, Proto-Arara-Ikpeng.

A diversidade de pesquisas presente neste número é resultado da diversidade linguística da região amazônica e mostra uma Amazônia como lugar da pesquisa e não como, somente, objeto de pesquisa.

Desejamos a todes, todas e todos uma boa leitura!

23 de setembro de 2023